

Memória e história oral: as interações entre a história escrita e a história vivida

Memory and oral history: the interactions between written history and lived history

Flores, Rodrigo Musto

Rodrigo Musto Flores
rodrigomustoflores89@gmail.com
UFRRJ, Brasil

Intellectus
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
ISSN-e: 1676-7640
Periodicidade: Semestral
vol. 21, núm. 1, 2022
revistaintellectusuerj@gmail.com

Recepção: 21 Fevereiro 2022
Aprovação: 16 Junho 2022

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/802/8024166015/>

Resumo: O presente artigo tem como objetivo tecer um breve, porém efetivo, diálogo entre a temática da memória e a sua relação com a metodologia da história oral. Dessa forma, a memória é entendida aqui como uma representação do passado e um dos principais substratos da identidade, o que lhe garante um estatuto singular, sendo, portanto, objeto de disputas, construções e reconstruções. Na primeira parte, o texto coloca o conceito de memória em uma perspectiva histórica, refletindo sobre os limites e as possibilidades entre a narrativa de um indivíduo e a representação de uma experiência coletiva. Na segunda parte, buscarei responder qual é o material de trabalho da história oral, bem como o que uma fonte obtida através da aplicação desta metodologia pode documentar, pontuando seus usos e atribuições.

Palavras-chave: memória, história oral, identidades.

Abstract: This article aims to weave a brief, but effective, dialogue between the theme of memory and its relationship with the methodology of oral history. Thus, memory is understood here as a representation of the past and one of the main substrates of identity, which guarantees it a unique status, being, therefore, an object of disputes, constructions and reconstructions. In the first part, the text puts the concept of memory in a historical perspective, reflecting on the limits and possibilities between the narrative of an individual and the representation of a collective experience. In the second part, I will try to answer what is the working material of oral history, as well as what a source obtained through the application of this methodology can document, punctuating its uses and attributions.

Keywords: memory, oral history, identities.

A memória como conceito e objeto historiográfico

O tema da memória tem, cada vez mais, ganhado espaço nos debates acadêmicos. Não só os historiadores têm o utilizado de forma ampla, mas também sociólogos, cientistas sociais e críticos literários o adotaram como objeto de estudo, buscando compreender as dinâmicas da constituição das memórias coletivas ou individuais, os usos atribuídos ao passado, bem como as memórias dos subalternizados, das mulheres, do movimento negro, do perseguido político,

dentre outros. À vista disto, o aquecimento do debate acadêmico sobre a referida temática é sintomático de uma demanda social, uma vez que a percepção de um tempo mais acelerado - decorrente da vida nas grandes cidades - e os efeitos da globalização fazem aumentar a preocupação com as raízes, com um sentimento de pertencimento a um grupo, com a manutenção dos laços de identidade, frente a um processo avançado de atomização dos indivíduos. Nesse sentido, multiplicam-se as casas de memória, os arquivos, os museus, coleções, comemorações, bem como movimentos que levantam a bandeira de defesa do patrimônio cultural ou, ainda, debates aguerridos sobre a memória nacional e a sua relação de complementariedade e conflito com as ditas memórias subterrâneas.

O esforço de compreensão do conceito de memória coletiva, assim como a sua utilização, perpassa as contribuições do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2003). Inserido em uma tradição sociológica durkheimiana, o sociólogo pontua que o sujeito está amarrado aos preceitos sociais, interagindo o tempo todo com o grupo do qual não pode se diferenciar, sob o risco de perder sua relação com ele. Nessa perspectiva, o coletivo orienta as ações dos sujeitos interferindo, inclusive, no mecanismo de constituição das memórias e na maneira em que o indivíduo acessa e mobiliza uma narrativa sobre o passado.

A novidade no texto de Halbwachs está, portanto, no deslocamento do entendimento da memória de uma esfera individual para uma esfera coletiva, dado que até a publicação do estudo, se entendia a memória como um esforço subjetivo do próprio indivíduo. Nessa perspectiva, entende-se que a memória deve ser analisada não somente a partir de uma construção individual, mas também, sobretudo, como um produto social. Assim, o sociólogo defende que aquilo que construímos como uma forma de representação do passado é uma

junção de memórias inseridas em diversos contextos. Segundo o autor, fazemos apelos aos testemunhos de outros para que nossa versão sobre um passado recente ou longínquo ganhe uma maior fundamentação. Dessarte, se em um primeiro momento nossos relatos podem se apoiar sobre a nossa própria memória, é no exercício coletivo de rememoração que conferimos sentido a essas experiências (HALBWACHS, 2003: 25). Isto posto, o indivíduo lembra, acessa as recordações que entende como suas, contudo, sempre está inserido em uma comunidade afetiva, mesmo que os membros dessa comunidade não estejam fisicamente presentes. A lembrança, portanto, é o resultado de um processo coletivo e está inserida em um contexto social específico.

Com efeito, pode se questionar até que ponto a narrativa de um único indivíduo pode representar uma experiência coletiva? No limite, na interpretação de Halbwachs, não existe uma memória individual por excelência. Diante disso, em meio a uma orquestra, por exemplo, os músicos ali presentes podem se lembrar de determinada obra de duas maneiras: a primeira, por já terem escutado a canção anteriormente e, desse modo, conseguem executá-la e outra forma possível seria se estes músicos possuísem a partitura referente à canção, assim, após consultá-la, verificando a parte referente ao seu instrumento, podem tocá-la. Nesse caso, as partituras traduzem uma linguagem convencional a qual os músicos obedecem e, após um certo número de ensaios, assimilam completamente o sentido daquela canção (HALBWACHS, 2003: 161- 162). Além disso, cada integrante dessa orquestra é uma parte pertencente a um todo mais complexo e organizado de

forma que, após certo tempo, ele reconhece não somente o seu papel em meio a orquestra, como também o do outro e, sobretudo, o seu papel em meio aos demais. Dessa forma, por mais que se considere a virtuosidade de um músico se o privarmos de qualquer auxílio externo, de meios de memorização ou tradução, é bem difícil que ele consiga executar a obra pretendida. A memória coletiva, portanto, se apresenta como um campo que irá vincular o indivíduo ao grupo e, assim como a partitura vincula o músico à orquestra, ela confere sentido ao relato de experiência do indivíduo.

A perspectiva de Halbwachs influenciou boa parte dos estudos sobre memória, no entanto, apesar de sua grande contribuição, seu ponto de vista não está blindado de críticas. O referido sociólogo entendeu a memória como um elemento de coesão, acentuando sua continuidade e estabilidade através de um processo de negociação, desconsiderando que a memória coletiva é alvo de disputas e pode ser vista como uma forma específica de dominação. Segundo Michael Pollak (1989), que também fornece um suporte teórico fundamental para os estudos sobre a memória, não se trata de tomar os fatos sociais como coisas, mas de entender

como estes se tornam coisas. A opção metodológica do autor traz uma contribuição importante para a análise da memória social, já que, a partir disso, o historiador pode se objetivar a entender os diversos fatores e atores sociais envolvidos na constituição de uma memória coletiva (POLLAK, 1989: 03).

Nesse viés, é fundamental o entendimento de que o conceito de memória não diz respeito a um simples repositório de dados sobre o passado, muito pelo contrário, a memória é uma força dinâmica que possui uma relação direta com o passado, influenciando em como ele é sentido e aceito. Além disso, a memória é um bem simbólico, objeto de negociações e disputas entre os elementos que compõem determinado grupo, sendo, assim, um fenômeno de reconhecimento e identidade, em que o esquecimento não deve ser interpretado como seu par oposto, mas como um elemento constitutivo. A respeito da relação existente entre identidade e memória, Pollak (1992) argumenta que a identidade, em resumo, é a responsável pela sensação de continuidade através do tempo e, sobretudo, pela transmissão de uma imagem de si, para si e para os outros. Nessa perspectiva, tanto a identidade quanto a memória são valores simbólicos nos quais o “outro” atua como um elemento constitutivo (POLLAK, 1992: 02). Logo, ao se apropriar do conceito de memória, deve-se considerar não só os elementos que a constitui, como também a sua relação direta com o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um determinado grupo social. Além disso, os usos atribuídos àquelas narrativas variam conforme a posição que o indivíduo ocupa na estrutura social.

Na prática, é necessário um certo cuidado quando se toma a categoria de memória coletiva como um discurso invariável, homogêneo e comum a todos os membros de um grupo. Segundo o antropólogo Joël Candau (2012), a memória coletiva deve ser enquadrada como uma metamemória, ou seja, uma forma de representação que o indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dessa memória ou que diz ter (CANDAU, 2012: 23). Enquanto pertencente a categoria de metamemória, a memória coletiva é um valor fundamentalmente ostensivo, reivindicado e disputado no âmbito social. Nesse sentido, soa suspeito para o antropólogo a real aplicabilidade do conceito,

dado que ele tende a transformar o singular ou o particular em algo geral, transmitindo a falsa impressão de que os grupos são homogêneos e supostamente estáveis, alimentando uma espécie de configuração narrativa que parece dar conta de uma realidade, porém que deixa nas sombras aquilo que não é compartilhado (CANDAUI, 2012: 31). Dessa forma, quando vários indivíduos, pertencentes ao mesmo grupo, afirmam se recordar de algo da mesma forma que os demais membros recordam, não se pode afirmar a

existência de uma memória coletiva, mas sim de um discurso metamemorial, resultante da comunicação entre os indivíduos.

A mobilização da memória pressupõe a elaboração de uma narrativa que se constitui como uma determinada representação do passado, bem como a sua comunicação. Transmitir uma memória, portanto, não consiste apenas em deixar como legado uma determinada representação do passado, mas também evoca, sobretudo, uma maneira de ser e estar no mundo. A condição fragmentária da memória faz com que a sua constituição se dê de forma temporal e conforme as relações sociais do grupo com o seu próprio passado. Assim sendo, aquilo que confere uma ordenação a essa memória fragmentada é o significado construído posteriormente pelos agentes de memória. O significado aqui se refere a imagem que estes agentes desejam transmitir, assim como os objetivos pretendidos por determinada coletividade, por exemplo (VELHO, 1994: 101).

Por conseguinte, o poder da memória está relacionado a sua capacidade de imortalizar o indivíduo, integrando-o a uma trama de significados. Essa função já era atribuída a Mnemosine, irmã do titã Cronos, uma das titânides mais poderosas, a qual personificou a memória e a proteção contra o esquecimento. Além disto, de acordo com Lucília de Almeida Neves (2000), a memória social ou histórica, muito discutida nos círculos acadêmicos, pode ser definida como um processo social ativo. A memória, segundo essa caracterização, não diz respeito somente a uma representação do passado, mas também, especialmente, a um projeto que conecta as três temporalidades (NEVES, 2000: 110). Portanto, a memória, enquanto esteio de uma identidade coletiva, reafirma as semelhanças entre os membros de determinados grupos, ao mesmo tempo em que pontua as diferenças entre eles, estimulando, em diversos níveis, graus de consciência de si mesmo.

O historiador, ao tomar a memória como objeto de sua apreensão, deve entendê-la como uma prática social que recorre ao simbólico para criar mitos que, em última análise, não são falsificações do passado, mas uma forma de se relacionar com ele. Nesse sentido, o reconhecimento dessa prática deve vir acompanhado da compreensão dos elementos que a suportam, visto que estes também atuam como elementos que a constituem. Assim, os “lugares de memória”, sejam aqueles de ordem pessoal, ligados às memórias públicas, materiais (monumentos, museus ou arquivos) sejam imateriais (comemorações, festividades, hinos, ritos de passagem ou elogios fúnebres) possuem o poder de amparar determinado modo de recordar e de se relacionar com o passado, o que garante a estes lugares seu estatuto particular.

Na perspectiva de Pierre Nora (1993), não existe uma memória espontânea, ou seja, os lugares de memória atuam perpetuando e provocando determinadas recordações no imaginário coletivo, visto que se considerarmos a espontaneidade da memória, nessa perspectiva, ainda a habitaríamos e não seria necessário

consagrar-lhe lugares. Nesse sentido, o argumento principal do autor é de que só existem os lugares de memória porque, em suma, não existe mais a memória, daí advém o fervor sem precedentes da reprodução destes espaços, entendidos pelo autor como sintomas de uma patologia social (NORA; 1993: 08). A consagração desses lugares também não é um ato inocente ou desinteressado, as ações de preservação do patrimônio histórico, por exemplo, marcam a interferência do Estado naquilo que representam, ou não, sinais de uma identidade nacional fragmentada e que necessita, portanto, de políticas públicas para seu gerenciamento e preservação.

Os significados, valores e a força de uma memória dependem, diretamente, do grupo que se apresenta como seu principal vetor. Enzo Traverso (2012), considerando a relação entre a força e os vetores de uma memória, aponta ser possível mapear a existência de duas categorias de memória: as memórias fortes alimentadas e difundidas por políticas de gerenciamento e conservação gerenciadas pelo Estado; e as memórias fracas (subterrâneas) escondidas nos interditos. Essas categorias ajudam a perceber o jogo que envolve o fenômeno da memória e do esquecimento. No entanto, o autor adverte que essas categorias não são fixas e imutáveis, dado que a força e o reconhecimento podem se consolidar ou se fragilizar contribuindo para a redefinição do estatuto de uma memória (TRAVERSO, 2012: 71). Nesse sentido, as políticas de gerenciamento da memória podem ser elencadas como uma das principais forças que podem institucionalizar determinadas memórias, realizando, portanto, um trabalho que é, ao mesmo tempo, de valorização de determinadas representações e de esquecimento deliberado de outras. Assim sendo, a memória do Holocausto/*shoah* é um dos casos mais simbólicos de políticas de valorização da memória bem sucedidas. Nos Estados Unidos, o período após a Segunda Guerra Mundial colaborou para a transformação dessa memória em uma espécie de religião civil. Traverso (2012) explica que o Holocausto /*Shoah* era visto com indiferença por boa parte dos norte-americanos, uma vez que, nos primeiros anos do conflito, o inimigo era o Japão e o extermínio de judeus nos campos de concentração não era um objeto de atenção particular. Isto posto, é somente nos fins da década de 1970 que essa memória ganha o *status* de memória universalizada, americanizando-se e se transformando em um prisma histórico e, por conseguinte, influenciando a produção historiográfica sobre esta temática (TRAVERSO, 2012: 73). Desse modo, guardadas as diferenças entre memória e história, enquanto formas de

apreensão do passado, existe uma relação importante entre as ditas memórias fortes e a historiografia, já que, em termos de reconhecimento público, quanto mais forte é uma memória, mais o passado da qual é vetor se torna suscetível de ser explorado e historicizado (TRAVERSO, 2012: 40).

Portanto, a relação entre memória e história remete a um debate que, constantemente, firma uma antinomia entre as duas categorias, visto que a história dita positivista se construiu como disciplina, posicionando-se criticamente à tradição oral. A história é sempre a reconstrução parcial e problematizadora do passado que transforma a memória em suspeita, essa, por seu turno, coexiste com o presente e se distingue dele. As fronteiras entre memória e história são tênues, contudo, é possível afirmar que as duas são formas diferentes de se acessar o passado, uma vez que este, observado de forma apressada,

é simplesmente incognoscível, ou seja, o passado só pode ser apreendido através de seus resíduos conservados no presente e a memória, tomada como um resíduo de ação, oferece uma gama de dados importantes para se compreender a experiência dos indivíduos e as estratégias de elaboração dos discursos.

Além disso, tomada como fonte histórica, a análise das forças que atuam sobre a memória auxilia na percepção das subjetividades e das representações individuais e coletivas sobre o passado. Nesse sentido, a reconciliação entre memória e história deve ser entendida a partir das novas demandas que se apresentam à historiografia. As questões expostas acima, estão mais frequentes e ainda tematizam debates, enfrentando a aparente antinomia.

Segundo Jacy Alves de Seixas (2004), a postura recente da historiografia, como uma espécie de guardião da memória - projetando um olhar de “fora”, requisitando o lugar de saber científico - gerou, pelo menos, dois efeitos importantes a serem considerados. Um primeiro efeito, é o que a autora pontua como *frenesi* da memória, o qual foi responsável pelo aumento exponencial de trabalhos sobre a temática, além de propiciar o resgate de novas experiências marginais ou historicamente traumáticas, localizadas fora das fronteiras da história oficial ou dominante. Nessa perspectiva, surgem noções fundamentais para a afirmação de novas subjetividades, tais como: memórias subterrâneas, lembranças dissidentes, memórias silenciadas, entre outras. O segundo efeito, segundo Seixas, o qual se relaciona com o primeiro, diz respeito à vulnerabilidade teórica, uma vez que se levantam barreiras entre as categorias de história e memória, destruindo-as logo em seguida. Esse processo assinala para uma existência apenas teórica da memória, ou seja, como se esta existisse somente em função da história (SEIXAS, 2004: 43).

Com efeito, uma vez dedicado algumas linhas ao debate sobre a relação entre história e memória, me parece produtivo pontuar que as duas categorias são responsáveis pela apreensão do passado, dado que recorreremos à memória para recuperarmos a consciência de acontecimentos anteriores. A memória nos serve não só como esteio da identidade, ou seja, relembramos que fomos para confirmar quem somos, mas também para executar funções básicas do dia-a-dia que remetem a conhecimentos adquiridos no passado, tais como: caminhar, falar, comer, escrever, ler ou tocar um instrumento, por exemplo.. Além disso, é um esforço contraproducente pensar a memória desconsiderando seus usos, bem como as seleções, as distorções e as transformações resultantes de uma relação mais próxima com o presente do que com o passado, de fato.

A história, ao mesmo tempo em que é um trabalho que exige empenho, pesquisa e tratamento adequando das fontes, é uma reconstrução problemática e incompleta do passado. Em certo sentido, aponta David Lowenthal (1998), a história é tão residual quanto a memória, já que por mais volumosos que sejam as recordações ou os registros relacionados ao passado, temos consciência que são meros fragmentos de um todo muito mais vasto (LOWENTHAL, 1998: 74). Dessa maneira, é extremamente difícil separar no inconsciente humano os componentes da história e da memória, dado a relação de proximidade entre eles. Os testemunhos, principal material de trabalho da história oral, se encontram nesse limite entre a história e a memória, pois passaram a ser utilizados em larga escala, principalmente, nos estudos relacionados aos regimes totalitários e autoritários. À vista disto, cabe a esta altura da presente exposição

um desenvolvimento referente à metodologia de história oral, assim como os usos do testemunho no fazer historiográfico.

A metodologia de pesquisa, os usos e a crítica ao testemunho

O material de trabalho do pesquisador em história oral - os testemunhos - variam a partir de uma série de fatores externos ao pesquisador e que dizem respeito a relação do entrevistado com suas próprias memórias. Segundo Santiago e Patai (2021), a história oral tem seu esteio nas relações entre indivíduos diferentes, reunidos artificial, provisória e circunstancialmente em função de uma situação de pesquisa (SANTIAGO; PATAI, 2021: 452). Nesse viés, enquanto

“arquivos provocados”, as fontes orais possuem inúmeras dimensões que extrapolam o exercício de coleta e transcrição dos depoimentos. Além disso, a coleta de um testemunho varia segundo uma gama de fatores que regem a produção dos discursos, tais como: a relação entre entrevistador e entrevistado, a objetividade dessa relação, a manipulação dessa relação, por uma ou outra parte, modo como a entrevista é realizada ou, ainda, a representação que o investigado fará da investigação. Assim sendo, o depoente pode aprimorar sua narrativa estabelecendo padrões de repetição e determinados usos, os quais são fundamentais para se compreender os mecanismos de constituição das narrativas de memória.

Por muito que se deva à memória coletiva ou a uma determinada representação de um passado comum, é o indivíduo quem mobiliza essas recordações e as toma desse universo, atribuindo-lhes significados próprios. O antropólogo Gilberto Velho (2003), aponta que o modelo predominante na sociedade contemporânea se caracteriza, prioritariamente, por sua complexidade e heterogeneidade, contribuindo para o predomínio de um individualismo que, em última instância, torna o indivíduo o elemento crucial, constitutivo e constituidor da sociedade. Nesse sentido, ganha mais relevância a noção de biografia, de trajetória, de histórias de vida, marcando a passagem de uma sociedade tradicional – holista – para aquela que predomina o indivíduo-sujeito (VELHO, 2003: 100). Com efeito, a história oral como método de investigação do passado se destaca, pois, reúne práticas e procedimentos que a torna privilegiada para lidar com as memórias, as identidades e os projetos. Sua relação bastante próxima com disciplinas como a antropologia, a sociologia, a literatura e a psicologia favorecem o seu lugar de uma metodologia interdisciplinar por excelência, largamente utilizada nos estudos da história contemporânea e do tempo presente.

Isto posto, cabe o questionamento: o que a história oral documenta? Qual é o seu material de trabalho por excelência? Os depoimentos coletados a partir desta metodologia se apresentam como fragmentos de experiências vivenciadas pelo indivíduo. Segundo Verena Alberti (2005), “uma das principais riquezas da história oral está em permitir o estudo de como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas (ALBERTI, 2005: 165). Dessa forma, surge aqui a possibilidade de entender, a partir dos testemunhos, a forma como as pessoas perceberam sua experiência no passado, bem como promover o questionamento de interpretações generalizantes. Dito de outra forma, o uso da história oral como metodologia pode permitir o conhecimento de vivências e experiências,

as quais teriam grandes chances de serem ignoradas por perspectivas macro ou totalizantes. Além disso, os testemunhos coletados a partir de entrevistas não devem ser

entendidos apenas como uma fonte de informações, pois apresentam uma dimensão em profundidade, ou seja, interrogações, diálogos e enunciados nos quais o passado alcança o presente. Portanto, o emprego da história oral auxilia na investigação das formas de transmissão e transformação da memória, bem como o estudo de suas “distorções”, enriquecendo a compreensão dos valores coletivos e das ações de um grupo.

O testemunho, portanto, é um exercício complexo em que se mesclam visões, oralidades e narrativas imersas em uma relação de complementariedade e conflito. Nas palavras de Seligman-Silva (2010), o ato de testemunhar é uma aproximação entre o real e o simbólico, por conseguinte, entre passado e presente, em que ocorre a transformação da experiência em algo comunicável e passível de ser compreendido pelo interlocutor. (SELIGMAN-SILVA, 2010: 05). Assim, no caso de testemunhos que dizem respeito a eventos traumáticos, por exemplo, deve se considerar o imperativo ético presente no ato de testemunhar, ou seja, existe um significado político no testemunho, assim como na construção de uma memória e na superação de um evento traumático.

Tendo isso em vista, a vítima possui um papel de transmissão das narrativas dos eventos traumáticos, principalmente quando são cessados o genocídio ou as perseguições políticas permanecem, considerando, ainda, as leis e estruturas administrativas que impõem seu silenciamento, favorecendo um ambiente de negacionismo. No Brasil, por exemplo, encampada a proposta de abertura política, aprovou-se, sob tutela do Estado ditatorial, a lei da Anistia (1979) que favoreceu, sobretudo, os perpetradores, amarrando as vítimas a uma política do esquecimento. A ditadura militar brasileira não desmoronou, como ocorreu com os Fascismos na Europa, mas saiu, discretamente, de cena. Além disso, a falta de uma ruptura efetiva fez com que a memória não desse lugar a história, enclausurando as vítimas em uma espécie de passado que não passa.

A apreensão do testemunho possibilitou a abertura de uma janela, interligando a história escrita à história vivida. Com efeito, as fontes orais enriquecem as análises historiográficas e contribuem para o estudo das dinâmicas referentes à constituição de narrativas sobre o passado, bem como o modo que o depoente interpreta seu papel em meio a um grupo social, por exemplo. O abrir das janelas é uma alternativa à atomização do indivíduo, devolve a palavra ao sujeito e torna possível a apreensão de sua experiência, ao mesmo tempo, em que torna o indivíduo cognoscível. De acordo com Beatriz Sarlo (2007), “o sujeito não só tem a experiência como pode comunicá-las, construir um sentido, e ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito” (SARLO, 2007: 39). A tomada dos relatos de memória como fontes demanda a apreensão de uma metodologia

específica, sob o risco de se compreender o testemunho como uma verdade objetiva. Não se trata de colocar o testemunho da vítima em um esquema simplista de verdade ou mentira, mas de entendê-lo enquanto uma construção narrativa imersa em um processo de seleção, esquecimentos e silêncios.

O recurso aos testemunhos das vítimas do terrorismo de Estado, por exemplo, reclama um direito à memória que, constantemente, vem atrelado a uma ideia de verdade, embasando políticas de reparação jurídica. O recurso à história

oral, portanto, é valioso à medida que documenta a experiência de um sujeito que, mesmo inserido em um universo comum, entrelaçado a padrões sociais e culturais, porta sua individualidade. Esses testemunhos, quando analisados considerando a interseccionalidade entre as categorias de gênero, raça e classe social, auxiliam na compreensão da experiência do indivíduo, tornando-o cognoscível.

A compreensão de uma trajetória de vida como uma sucessão de eventos seriados organizados de forma cronológica ou não, conforme o entendimento do senso comum, é um esforço contraproducente. De acordo com Pierre Bourdieu (2006), a compreensão de uma determinada trajetória precisa considerar as mediações entre o indivíduo e a coletividade a qual ele pertence, sob o risco de se compreender um prédio considerando somente seus elementos decorativos, mas ignorando aquilo que lhe confere a estrutura. Dessa forma, os acontecimentos que constituem a biografia de determinado indivíduo podem ser definidos como colocações e deslocamentos em um determinado espaço social (BOURDIEU, 2006: 190).

Na pesquisa desenvolvida por Eloísa Pereira Barroso (2021), a metodologia da história oral auxilia na análise das tensões e disputas as quais as mulheres estavam submetidas no contexto da luta armada, durante a ditadura militar no Brasil. A autora ressalta em seu texto os perigos de certos usos da noção de sujeito coletivo e como o uso desmedido dessas categorias podem aplinar a realidade. Segundo Barroso, a militância política das mulheres, portanto, está inserida nesse contexto de alargamento da compreensão sobre a ditadura militar, mostrando que as mulheres assumiram papéis de protagonismo nos movimentos de resistência, rompendo códigos de conduta e se apropriando do espaço da resistência política como guerrilheiras (BARROSO, 2021: 558). O depoimento dessas mulheres, além de colocar fim em anos de silenciamento, colabora para uma compreensão mais aprofundada da luta armada contra a ditadura militar, estimulando a formulação de outras memórias relacionadas a este período.

Em uma linha parecida, Silva e Paulilo (2008), argumentam que as narrativas obtidas com a história oral portam uma gama de significados e estão sujeitas a elaborações subjetivas, versões e interpretações feitas de lembranças, simulações, esquecimentos e ocultações. Além

disso, quando se lida com fontes orais, lida-se com tempos, memórias, identidades e pertencimentos em seus movimentos múltiplos e cadências diferenciadas (SILVA; PAULILO, 2008: 46). O trabalho toma as trajetórias de Luci Choinaski e Adélia Schmitz, analisando as trajetórias individuais de mulheres camponesas, configurando-se como parte de um esforço fundamental para a compreensão das experiências das mulheres que lutam nos diversos movimentos sociais pela terra no Brasil. As trajetórias das entrevistadas são semelhantes e se ancoram em pontos comuns de muitas mulheres do campo, tais como: o abandono precoce dos estudos, o auxílio no sustento da casa, o casamento ainda jovem, os filhos, a jornada dupla e, ainda, a reviravolta representada pelo início da atuação política, representando a subversão daquilo que era entendido como o papel feminino na sociedade (SILVA; PAULILO, 2008: 49). Os trabalhos citados acima, são esforços fundamentais para a percepção dos dilemas,

das relações de poder entre homens e mulheres e, também, entre mulheres e mulheres, auxiliando no entendimento não só da trajetória das entrevistadas,

mas também, sobretudo, no entendimento das possibilidades de utilização da história oral como metodologia. O significado do engajamento dessas mulheres na luta armada durante a ditadura militar ou nos movimentos sociais no campo ultrapassava o ato de insurgir contra uma ordem política vigente, é um profundo ato de transgressão, à medida em que subverte, também, os papéis sociais impostos. O relato oral, portanto, está repleto de uma subjetividade própria, em que imperam os jogos de poder, as lembranças, os esquecimentos, as censuras e as seleções. Com efeito, cabe ao pesquisador a sensibilidade para perceber os sinais, os silêncios, hesitações, cansaços, tensões, denúncias, sentimentos de alegria ou dor, visto que estes elementos influenciam na narrativa coletada.

Outra contribuição da metodologia de história oral, por exemplo, centra-se no alargamento das pesquisas relacionadas à história social. Segundo Leite, Silva e Lima (2020), a aplicação da metodologia à história social promove um espaço aberto e plural, em que os sujeitos podem rememorar, refletir, interpretar e expressar suas experiências, bem como suas expectativas, frustrações e sentidos atribuídos ao trabalho e a vida (LEITE, *et al.*, 2020: 245). Uma das principais contribuições do trabalho citado, está em demonstrar, através das trajetórias de pesquisa das autoras, como a metodologia da história oral é dinâmica e complexa, dado que o depoimento coletado é resultante de uma relação dialógica entre o pesquisador e a fonte. As autoras demonstram, por exemplo, como a percepção das relações sociais variam conforme a classe social, o gênero e a idade dos entrevistados. Ao coletar depoimentos com moradores e ex-moradores de áreas de ocupação, o texto ressalta como as relações sociais, experimentadas

por cada sujeito, moldam as narrativas de memória. Além disso, o trabalho contribui para dar voz a uma população invisibilizada, relatando através das entrevistas, os preconceitos sofridos pelos depoentes. (LEITE, *et al.*, 2020: 250).

A utilização da metodologia de pesquisa da história oral também apresenta uma contribuição importante que concerne à constituição de acervos de entrevistas. O projeto “História do movimento negro no Brasil, coordenado pela professora. Dr. Verena Alberti, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC), é um exemplo fundamental nesse âmbito, uma vez que atende uma demanda social importantíssima, reunindo entrevistas com diversos atores sociais envolvidos no processo de constituição do movimento negro no Brasil. Nesse viés, os testemunhos obtidos pelo uso desta metodologia podem esclarecer o que escapa aos documentos escritos, recuperando o vivido no entendimento de quem o viveu. De acordo com Pereira e Lima (2021), o acervo é composto por 38 entrevistas, representando um marco para a historiografia do movimento negro no país, já que é o primeiro projeto de pesquisa que se constitui nesse sentido (PEREIRA; LIMA, 2021: 58).

Por conseguinte, o trabalho dos autores utiliza as entrevistas do acervo para esclarecer questões fundamentais, buscando, através das narrativas orais, perceber as estratégias de atuação, os elementos que possibilitam e incentivam a constituição do movimento negro no Brasil, além de reconstituir as redes e formas de socialização. Tendo tais objetivos em vista, tomaram-se, como depoentes, indivíduos que militam no movimento negro e professores de história de escolas públicas do estado do Rio de Janeiro. Tomando o espaço escolar como uma representação em menor escala da sociedade, os depoimentos evidenciam as discussões relacionadas ao convívio com uma sociedade racista e como o racismo

estrutural afeta as crianças. Com efeito, a escola é também o primeiro espaço no qual os depoentes se veem objeto de desumanização e racismo. Isto posto, o trabalho citado demonstra um bom uso da história oral como metodologia de pesquisa, além de contribuir para a formação profissionais da educação com uma visão antirracista, capacitando-os para saber identificar e agir frente às situações de discriminação (PEREIRA; LIMA, 2021: 71).

Os trabalhos elencados acima são exemplos de usos e aplicações da metodologia de história oral. Uma entrevista de história oral não documenta somente um resíduo de ação, ou seja, o que o entrevistado lembra de determinada passagem, mas também, essencialmente, a interpretação que o depoente faz de sua participação em um determinado evento ou grupo. Assim, podemos recuperar o questionamento proposto no início desta exposição: o que a história oral documenta? Os testemunhos obtidos através da aplicação da metodologia

documentam os fragmentos das experiências, bem como indícios das situações vividas. A partir da apreensão desses testemunhos, é possível examinar a produção de narrativas pessoais, as deformações resultantes da passagem do tempo, os mecanismos de controle social que determinam o que deve ser lembrado, esquecido ou silenciado, assim como os inúmeros fatores internos e externos ao indivíduo que influenciam os mecanismos de constituição das memórias individuais e coletivas. (SALES; MORAES, *et all.*, 2019: 11).

As fontes coletadas a partir das entrevistas de história oral se apresentam como fragmentos importantes das situações vivenciadas pelos indivíduos, sobretudo, estes testemunhos documentam a experiência a partir da subjetividade de um sujeito determinado. Como pontua Verena Alberti (2004), para além das idealizações e definições atraentes que garantem à metodologia da história oral um certo fascínio, a grande riqueza da metodologia está em ser um espaço privilegiado para o estudo das subjetividades e das representações do passado (ALBERTI, 2004: 42). Dessa forma, o trabalho com as fontes orais acrescenta uma gama de possibilidades que auxiliam na compreensão de como os diversos acontecimentos interferem nas trajetórias individuais, bem como no modo como os sujeitos interpretaram sua participação nesses eventos e constituíram suas memórias.

Considerações finais

O presente artigo não possui como objetivo esgotar as discussões relacionadas às interlocuções entre o conceito de memória e a metodologia de história oral. Dentro de seus limites, o presente texto buscou construir um paralelo entre essas noções, bem como citar exemplos de trabalhos que aplicaram a referida metodologia. As fontes orais, portanto, não devem ser enquadradas como um tipo secundário de fontes em relação às documentais, sua utilização implica na aplicação de uma metodologia específica que garante sua especificidade, desde a sua elaboração, passando por sua transcrição, disponibilização e análise.

Dessa forma, um dos principais desafios do pesquisador, que se debruça sobre as fontes orais, está em compreender os múltiplos fenômenos e movimentos que interferem na construção das narrativas. Essas fontes, por tomarem a memória como seu principal substrato, possuem uma dimensão em profundidade que deve ser considerada no momento de análise dos depoimentos. A memória, por seu

turno, é uma melodia, constituída por silêncios e esquecimentos que soa nos interditos, com sutileza. Todavia, em momentos determinados, o presente reconduz a memória com tal força que passa a ditar seus usos, fazendo-a soar com intensidade.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena (2005). Histórias dentro da história. In: PINSK, Carla B (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 155-202.
- ALBERTI, Verena (2004). O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, p. 33-43.
- BARROSO, Eloisa Pereira. (2021). Relações de gênero na guerrilha: a configuração dos espaços de luta. *Estudos Históricos*, v. 34, n.74, p. 556-575. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/83706. Acesso em: 02 jun. 2022.
- BOURDIEU, Pierre (2006). A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M; AMADO, J. (org.). 8. Ed. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191.
- CANDAU, Joël (2012). *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto.
- HALBWACHS, Maurice (2003). *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.
- LEITE, Valéria et al. Experiências de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores por meio de fontes orais na História Social: caminhos e possibilidades. *História Oral*, v. 23, n. 2, 20 20, p. 243-258. Disponível em: revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1081/pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.
- NEVES, Lucília de Almeida (2000). Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *História Oral*, 3,p. 109-116. Disponível em: revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25. Acesso em: 02 jun. 2022.
- NORA, Pierre (1993). Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 02 jun. 2022.
- PEREIRA, Amílcar Araujo; LIMA, Thayara C. Silva (2021). História Oral, movimento negro e racismo no Brasil. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *História Oral e historiografia: questões sensíveis*. São Paulo: Letra e Voz, p. 57-79.
- POLLAK, Michael (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941. Acesso em: 02 jun. 2022.
- POLLAK, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2 n. 3, p. 3-15. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278. Acesso em: 02 jun. 2022.
- SARLO, Beatriz (2007). Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 23-44.
- SALES, Jean Rodrigues; MORAES, Luís Edmundo de Souza; *et all* (orgs) (2019). *História escrita, história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj.

- SANTHIAGO, Ricardo; PATAI, Daphne. Uma história oral em três tempos: relações, construções narrativas e usos práticos da memória. *Estudos Históricos*, v. 34, n.74, 2021, p. 45 0-471.
- SELIGMAN-SILVA, Márcio (2010). O local do testemunho. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, p. 3-20. Disponível em: revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894/1532. Acesso em: 02 jun. 2022.
- SILVA, Cristiani da; PAULILO, Maria Ignez (2008). História Oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas. *História Oral*, v. 11, n. 12, p. 43-60. Disponível em: revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/150. Acesso em: 02 jun. 2022.
- TRAVERSO, Enzo (2012). *O passado, modo de usar*: História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop.
- VELHO, Gilberto (1994). Memória, identidade e projeto. In: VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 97-105.

Notas

- 1 O artigo apresenta uma discussão teórica relacionada a uma pesquisa de doutoramento em desenvolvimento na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), junto ao Programa de Pós-graduação em História e sob a orientação desenvolvida do Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales. A pesquisa conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- 2 Essa função da memória se distingue da noção de memória social, importante para o presente texto. No entanto, essa noção foi trabalhada por alguns autores que forneceram embasamento teórico para a presente discussão. Para Joël Candau (2019), essa memória se relaciona com o conceito de habitus, cunhado por Bourdieu, o autor aponta que essa memória pode ser entendida como uma memória de baixo nível – protomemória – responsável por atividades e saberes do cotidiano adquiridas desde a infância.